

Entre fronteiras: o papel do Estado para a constituição de Chapecó como destino migrante

Gabriel Vaz

Graduação em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó. Mestrando em História pelo PPGH - UFS, *Campus* Chapecó. Professor de História do Ensino Básico e pesquisador na área de migrações e relações étnico-raciais
gabriel.chaves@estudante.ufs.edu.br

João Paulo de Almeida Farina

Graduação em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim. Mestrando em História pelo PPGH - UFS, *Campus* Chapecó
joao.farina@estudante.ufs.edu.br

Resumo

Este trabalho propõe uma análise de Chapecó como destino migrante a partir de políticas públicas. Buscamos discutir, dentro de uma perspectiva historiográfica, três políticas públicas: a política de branqueamento pós abolição a qual fomentaria uma massiva imigração europeia para o Brasil em meados dos 1870 à segunda metade do século 19. A segunda, a instalação da Secretaria de Negócios do Oeste (SNO) em Chapecó na década de 1960 no qual, o principal objetivo permeia o desenvolvimento de uma região, até aquele momento, limitada em infraestrutura e sem conexão com a capital do Estado, sendo a Secretaria de Negócios responsável pela abertura de estradas, o aeroporto entre outras questões de infraestrutura precárias como o transporte e energia. Tal desenvolvimento buscava, sobretudo, aumentar o capital de giro dos produtores locais e fomentar a instalação de indústrias na região. Por fim, a recente Operação Acolhida. No qual, seu objetivo busca realocar imigrantes venezuelanos no Estado de Roraima para outros estados do país com alta demanda de mão de obra. Em Chapecó - SC, destaca-se a alta rotatividade da agroindústria. Este fluxo migratório forçado é decorrente da crise política e econômica que passa o país sul americano. Portanto, o presente texto busca refletir a luz de uma perspectiva historiográfica tais políticas públicas na região de Chapecó, no Oeste do estado de Santa Catarina, bem como, elucidar as maneiras determinantes dessas ações que, em diferentes períodos, fortaleceram a concepção de um possível destino para trajetórias migrantes.

Palavras chave: trajetórias, políticas públicas, chapecó, imigração

Introdução

A região Oeste de Santa Catarina consolidou-se ao longo dos anos como um destino considerável para trajetórias migrantes, fosse em um primeiro momento com aqueles imigrantes que Darcy Ribeiro (2014) caracterizou como "gringos" que migraram para a região Sul, italianos, alemães e polacos, ou atualmente, com a forte presença de imigrantes venezuelanos e haitianos que, diferentemente da definição dada por Darcy Ribeiro, enquadra-

se melhor no conceito apontado por Rosana Baeninger (2018) como migrações transnacionais de refúgio.

Mas o que fomenta tais processos migratórios nesta região, mais precisamente na cidade de Chapecó? Uma vez que não possui fronteiras ou pontos turísticos como os grandes centros e, de acordo com o último censo, possui pouco mais de 220 mil habitantes. O fato de possuir duas entre as dez maiores cooperativas do agronegócio brasileiro, conseqüentemente, fomenta a migração para suprir a demanda de mão de obra voltada para a agroindústria, uma vez que "as empresas do ramo precisam trazer esses trabalhadores de fora para executar tais atividades e permitir que a carne possa ser exportada para determinados países" (OLIVEIRA, 2021, p.184).

Contudo, definir esses processos migratórios a partir da agroindústria sem relacioná-la com as políticas públicas do estado brasileiro seria, no mínimo, uma definição incompleta. Portanto, o presente texto busca refletir o papel do Estado como ator fundamental para a concepção de Chapecó como alternativa às trajetórias migrantes, a partir de três políticas públicas: o embranquecimento pós-abolição, a secretaria dos negócios do oeste e a operação acolhida.

Desenvolvimento Regional: reflexões acerca das políticas públicas em Chapecó

O projeto de branqueamento que ocorreu no final do século XIX e início do século XX tinha um objetivo central: a preocupação com o futuro de um Brasil não branco, mestiço, resultado de embates sociais, exploração e escravocrata. Para a elite brasileira, aceitar o desenvolvimento de um país a partir de uma população considerada para eles como "impróprios" para a história, seria atestar um Brasil racialmente inferior e para isso "a saída foi imaginar uma redescoberta da mesma nação, selecionar e digerir certas partes da mesma teoria, com a evidente obliteração de outras; enfim, prever 'um modelo racial particular'" (SCHWARCZ, 1996, p. 89).

A questão racial é o cerne deste projeto, que se desdobrará pelo Brasil em busca de um ideal de europeização. Darcy Ribeiro (2014), ao buscar compreender a formação do povo brasileiro em seu caráter cultural, ressaltará em Brasil Sulino o papel fundamental das missões

jesuíticas para a formação do Gaúcho, dos açorianos para os matutos e por fim, deste projeto de branqueamento para a concepção dos “gringos”.

O processo de colonização da região oeste catarinense foi marcado pelo branqueamento da região, com a chegada de imigrantes europeus que foram incentivados a se estabelecer nessas terras. Essa política de incentivo à imigração visava "civilizar" o aspecto rural e conforme já mencionado, frear o desenvolvimento de um país não branco. Os colonos estrangeiros passaram a se impor sobre os habitantes locais, como os indígenas e os caboclos, que historicamente habitavam a região. Essa imposição dos colonos resultou em uma marginalização e afastamento dos caboclos, que foram considerados como "o outro" e vistos como uma ameaça ao projeto de colonização e branqueamento da região (JACOBSEN, 2019, p.101)

De acordo com Jacobsen (2019) a política de branqueamento e exclusão dos caboclos foi reforçada pela visão dos colonos europeus, que viam o caboclo como um ser inferior, inculto e selvagem. No entanto, a sabedoria e o conhecimento do caboclo sobre a região e a natureza acabaram se impondo, apesar da tentativa de afastamento e exclusão por parte dos colonos.

Nesse sentido, a relação entre os caboclos e os colonos foi marcada por disparidades sociais, econômicas, religiosas e étnicas. Os imigrantes europeus detinham a posse legal das vastas terras, enquanto os caboclos eram marginalizados e enfrentavam a exclusão social. A entrada do capital estrangeiro na região sul do Brasil gerou uma profunda ruptura nos laços de compadrio entre os agregados e os coronéis, o que levou à rebeldia cabocla como resposta à exclusão sofrida. Os colonos, representados pelos latifundiários e pelo capital estrangeiro, contribuíram para a marginalização e o afastamento dos caboclos, que foram considerados como não brasileiros. A política de higienização de raças privilegiava o branqueamento da nação, e os caboclos foram vistos como uma ameaça às fazendeiros e oligarquias locais, o que levou a uma tentativa de afugentá-los e eliminar esses grupos (JACOBSEN, p. 93).

Contudo, buscamos refletir acerca de seus desdobramentos e como estes são determinantes para a concepção de uma cidade, atualmente, caracterizada como um forte destino para trajetórias migrantes. Portanto, ao compreender a história como um constante processo de transição e, nesse sentido, sendo a colonização europeia estritamente ligada à posse de terras, uma vez que acreditava-se que os imigrantes estavam habituados à agricultura



VII HISTÓRIA EM DEBATE

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL NATUREZAS E FRONTEIRAS
E VII SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPGH/UFS
ISSN 2675-0635

de pequena propriedade para a produção de alimentos” (SANTOS, 2009, p. 43) fomentaria, no longo prazo, a instalações de frigoríficos na região e que teria, como consequência, nos dias atuais, aquilo que Sayad (1998) caracteriza como a necessidade de obter a força de trabalho migrante como uma alternativa diante da alta rotativamente de funcionários. Entretanto, não caracterizada pela imigração europeia e sim as consideradas migrações transnacionais de refúgio em 2014 com a entrada de haitianos e 2018 de venezuelanos. Portanto, tal perspectiva é, embora transitória, resultado de embates sociais e culturais que se desdobram inevitavelmente com o passar do tempo (COMISSOLI et al, 2021).

Embora tal perspectiva seja considerada resultados de embates sociais que o passar do tempo, inevitavelmente acarreta, refletir acerca do papel determinante do Estado brasileiro tornou-se essencial para a produção deste trabalho. É interessante refletir o papel decisivo que a singela intervenção do Estado carrega para o desenvolvimento e, em alguns casos, o “não desenvolvimento” de determinadas regiões, sobretudo no que se refere à economia.

No campo histórico-político, as intervenções estatais são, não apenas baseadas, mas sobretudo reafirmadas a partir de uma visão específica, de um ponto de vista claro, que tem como objetivo analisar os fatos de acordo com suas próprias ideologias, isto é, as crenças daqueles que os narram (MARTINS e ALMEIDA, 2016).

Para Foucault (2002), o discurso da história no século XVIII, a partir das revoluções deste período, constituiu um medo, um perigo em que todas as relações da sociedade fossem concebidas pela ordem da dominação. Tal perigo será reduzido àquilo que Foucault chamou de apaziguamento dentro do discurso histórico do século XIX, que visava buscar uma nova harmonia, voltada a um sentido de reconciliação. Entretanto, esse perigo voltaria a aparecer na concepção do discurso histórico, com um papel protetor e conservador da sociedade, a ideia de uma guerra interna em defesa da sociedade contra as narrativas e perigos que nascem dentro do próprio corpo social. Foucault entende que o campo histórico-político do século XVIII foi constituído pela burguesia e que o controle assumido por uma filosofia dialética no discurso histórico era consequência desse aburguesamento. Tendo a burguesia atribuindo-se do discurso histórico, ocorre uma reelaboração política, dentro da concepção de nação que a burguesia concedeu ao sujeito histórico do século XVIII, portanto, a partir dessa reelaboração política e social abriu-se caminhos para um novo discurso histórico.

VII HISTÓRIA EM DEBATE

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL NATUREZAS E FRONTEIRAS
E VII SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPGH/UFS
ISSN 2675-0635

Ao tratar-se do projeto de branqueamento da sociedade brasileira, esse discurso histórico é proveniente de uma elite branca eurocentrada no qual, por meio do mecanismo estatal, incentivou a migração europeia para as áreas urbanas e rurais do Brasil entre o fim do século XIX e início do século XX, cujo o principal objetivo visava afastar o eminente desenvolvimento do território brasileiro por pessoas não brancas, buscando a manutenção não apenas de seus privilégios calcados na exploração do homem pelo homem, como também, principalmente, de forma a garantir a continuidade de uma suposta hierarquia racial, no qual Cida Bento (2022) caracterizou esta prática como “pacto da branquitude”.

Portanto, a imigração européia, sobretudo italiana, ao instalar-se na região Oeste de Santa Catarina, sob o pressuposto de uma política estatal que visava branquear a população e sendo ela, ligada a posse de terras, irá se desenvolver, criar comunidades, preservar espaços de memória coletiva e fomentar, no longo prazo, a instalações de frigoríficos a partir de outra política pública: a elaboração da secretaria de negócios do oeste.

A secretaria de negócios do oeste tinha um propósito simples: a integração da região oeste com a capital, seria responsável pelo desenvolvimento econômico de Chapecó, transformando uma pequena cidade do interior em um polo industrial (SCHEFFER, 2019). A SNO é, antes de tudo, um marco para o desenvolvimento econômico e industrial da região, pois ela será responsável, através de recursos do governo, por estruturas como o aeroporto da região, instalações de rede elétrica e abertura de estradas, segundo Scheffer (2019, p.84):

Até a instalação da SNO a infraestrutura da região era composta por poucas e mal conversadas vias de circulação, baixa capacidade na geração de energia elétrica e pouca comunicação com as demais regiões do estado, esse conjunto de carências impossibilitava a expansão econômica do Oeste catarinense.

O surgimento da Secretaria de Negócios do Oeste ocorreu na década de 1960, pouco mais de 40 anos após a fundação da cidade. É interessante refletir sobre uma região pré e pós SNO. Sem perspectivas de crescimento econômico, isolada das demais regiões do Estado, com uma infraestrutura precária, sobretudo no que se refere às condições de transporte e energia. A intervenção estatal é fundamental para o desenvolvimento da região pois:

o projeto de desenvolvimento instituído pelo governo do estado e as ações realizadas na infraestrutura permitiram aumentar o capital de giro dos produtores da região com a instalação de diversos empreendimentos

industriais, sobretudo na segunda metade da década de 1960, o que possibilitou acelerar o processo de desenvolvimento regional. (SCHEFFER, 2019, p. 87)

A atual cidade de Chapecó, muito mais desenvolvida do que as demais cidades que compõem a região que a situa, receptora de fluxos migratórios, muito destes, voltados para alta rotatividade dos frigoríficos é resultado de um desenvolvimento forçado e induzido pelo governo do Estado no decorrer da década de 1960, em outras palavras, não há um desenvolvimento econômico e de infraestrutura imediato que não seja responsável pelo Estado.

Operação Acolhida: A resposta do Brasil à crise migratória venezuelana

Em 15 de fevereiro de 2018, o Estado brasileiro reconheceu, por meio do Decreto nº 9285¹, a vulnerabilidade dos cidadãos venezuelanos devido à crise humanitária na Venezuela. No mesmo dia, foi promulgada a Medida Provisória nº 820, que estabelece assistência emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade devido à crise migratória.

As medidas adotadas pelo governo brasileiro, conhecidas como Operação Acolhida, foram consideradas como uma resposta ao grande fluxo de imigrantes venezuelanos no estado de Roraima e se baseiam em três pilares: ordenamento de fronteiras, acolhimento e interiorização. O ordenamento de fronteiras buscava regularizar a migração, fornecer vacinas e identificar condições de vulnerabilidade. O acolhimento, por meio de políticas de assistência social, possuía entre seus objetivos fornecer abrigo, alimentação e cuidados de saúde emergenciais à população venezuelana. A interiorização teria como objetivo realocar esses imigrantes para outras cidades do país, sendo as Forças Armadas a principal responsável por essas ações. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi uma das instituições não governamentais que apoiou a interiorização, ajudando a realocar, de acordo com o último relatório até o presente momento, aproximadamente 117 mil venezuelanos residentes em Roraima, sendo a Região Sul do Brasil responsável por receber mais da metade destes imigrantes, com relativo destaque para o estado de Santa Catarina, sendo o principal destino destes grupos realocados. Além da OIM, outras ONGs também e empresas apoiam a

¹ Ver Relações Raciais e desigualdade no Brasil de Gevanilda Santos. Publicado em 2009 pela editora selo negro.

VII HISTÓRIA EM DEBATE

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL NATUREZAS E FRONTEIRAS
E VII SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPGH/UFS
ISSN 2675-0635

interiorização.

A partir de uma análise quantitativa, possibilitada pelos dados disponibilizados pelo OBMigra no decorrer do ano de 2022. Com base nos registros de autorizações de residência e solicitações de refúgio da Polícia Federal em âmbito nacional, podemos observar um número significativo de pedidos de refúgio por venezuelanos nos anos de 2018 e 2019, enquanto as autorizações de residência nesse mesmo período são escassas, se comparadas com as solicitações de refúgio. Essa lógica começa a se inverter no primeiro trimestre de 2020 e se consolida a partir do segundo trimestre de 2021, diante da crise da COVID-19.

É possível considerar que essa diferença está relacionada às características dos dois documentos. O Protocolo de Solicitação Refúgio possui natureza emergencial e prioritária, com validade de 365 dias e possibilidade de renovação, enquanto, por outro lado, a residência tem caráter mais estável, sendo classificada como temporária, com validade de 2 anos, ou permanente, com validade de 9 anos. Dessa forma, a ambiguidade nas emissões dos documentos no mesmo período pode ser compreendida como parte de um único processo, em que o imigrante solicita o refúgio e posteriormente a residência. Isso significa que os registros de ambos os documentos podem se sobrepor, uma vez que uma única pessoa pode solicitar um ou outro documento em momentos distintos. Além disso, os dados não levam em conta as pessoas que ainda estão passando pelo processo de regularização ou que estão em trânsito. Considerando esse aspecto, optamos por refletir acerca dos determinantes para chegada desses sujeitos no interior de Santa Catarina, trazendo relativo destaque a cidade de Chapecó.

Como observado, o fluxo migratório de venezuelanos têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, principalmente a partir de duas cidades. Sendo a primeira a cidade de Pacaraima, fronteira com o Estado Bolívar, na Venezuela, sendo a principal porta de entrada destes imigrantes e a segunda, a capital do estado de Roraima, Boa Vista. No entanto, com a política de interiorização, outras cidades, como Chapecó, no oeste do estado de Santa Catarina, surgem como alternativa para esses migrantes. Chapecó historicamente se tornou um destino para diferentes trajetórias migratórias, sendo conhecida por seu potencial agroexportador. Essa característica, já abordada no texto, torna a cidade um destino considerável devido às oportunidades de trabalho para essas pessoas, reafirmando a concepção de imigrantes para suprir a demanda industrial, em outras palavras, imigrantes como força de trabalho, conforme apontado por Sayad (1998). Após o terremoto que atingiu o

Haiti em 2010, a cidade passou a receber um fluxo considerável de nacionais haitianos. Atualmente, esse fluxo migratório continua, contudo, devido à crise econômica na Venezuela a imigração de massa de Haitianos para a região foi sendo superada com a chegada de nacionais venezuelanos a partir de 2018.

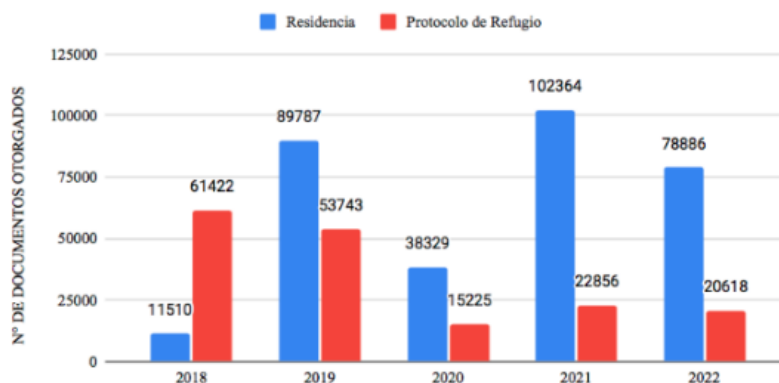
Chapecó se destacou como uma das principais cidades do Brasil em número de imigrantes no primeiro trimestre de 2021 e atingiu o pico entre o último trimestre deste mesmo ano e o primeiro trimestre de 2022. Embora os relatórios mensais não forneçam informações específicas sobre os registros de residência por nacionalidade em cada unidade federativa, é possível observar um aumento nesse mesmo período em Chapecó. Compreendemos que essa tendência está diretamente relacionada ao fluxo migratório venezuelano e ao projeto de interiorização.

Em apoio à Operação Acolhida, a OIM (Organização Internacional para as Migrações) realocou até outubro de 2022 cerca de 82 mil venezuelanos residentes em Roraima para outros estados do Brasil, fornecendo custeio de passagens aéreas. Entre os destinos, Chapecó se destacou como uma das cidades de destino, localizada no oeste de Santa Catarina. O estado de Santa Catarina abrigou, na ocasião, pouco mais de 18 mil venezuelanos em situação regular, ficando atrás apenas dos estados de Roraima e Amazonas, que fazem fronteira com a Venezuela.

O SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório), sistema operado pela Polícia Federal, apresentava a situação migratória dessas pessoas classificadas por condições: residentes temporários, permanentes e fronteiriços. No entanto, esse sistema não inclui os registros de refugiados, que são tratados pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados). De acordo com o último censo do CONARE (2011-2020), havia aproximadamente 46 mil refugiados venezuelanos reconhecidos no país, um número significativamente maior do que os sírios, que ocupam a segunda posição com 3 mil pessoas reconhecidas.

A Operação Acolhida tem como um de seus objetivos a regularização migratória. O gráfico abaixo, elaborado por Ribeiro et al. (2022), mostra os documentos concedidos a venezuelanos entre 2018 e junho de 2022:

Gráfico 1.
Regularização migratoria otorgada a venezolanos entre los años 2018 y junio de 2022



Fuente: OBMigra-Observatorio de las migraciones internacionales.

É possível observar que, em 2018, houve um número expressivo de solicitações de protocolos de refúgio, enquanto as autorizações de residência começaram a superá-las a partir de 2019. Essa tendência se consolidou no ano de 2021, após uma queda nos registros devido à crise sanitária causada pela COVID-19. É importante ressaltar ao leitor que os números quantitativos expressam valores específicos, mas não indicam necessariamente o número total de venezuelanos registrados no Brasil. Como já observado anteriormente, devido à natureza distinta dos documentos de identificação, é possível que uma pessoa tenha solicitado um documento em um momento e, posteriormente, o outro. Além disso, os números apresentados no gráfico não incluem aqueles/as que ainda estão em trânsito ou em situação indocumentada. Outro aspecto importante é atentar-se ao processo de solicitação de refúgio, pois, ao solicitar refúgio no Brasil, o imigrante recebe inicialmente o status não de refugiado, mas sim de solicitante de refúgio e tal solicitação possui uma validade de 365 dias, ou seja, o documento impresso em folha A4 pela polícia federal representa que aquele sujeito está em trâmite para obtenção do refúgio, que será concedido a partir da publicação no DOU.

O OBMIGRA (Observatório das Migrações Internacionais) mostra que Chapecó é a cidade que registrou, percentualmente, o maior número de imigrantes no Brasil durante o período de março de 2021 a março de 2022. Vale ressaltar que esse crescimento não inclui os imigrantes em situação irregular. Além disso, Chapecó não é uma cidade com fronteiras internacionais, seja terrestre, aérea ou marítima. E, mais uma vez, reafirmando a ideia

apontada por Sayad (1998) o que impulsiona esse fluxo migratório é a necessidade do mercado de trabalho, ou seja, a demanda por mão de obra na indústria agroexportadora, uma vez que Chapecó possui duas entre as dez maiores cooperativas agroexportadora do Brasil. Portanto, a cidade de Chapecó desempenha um papel significativo nessa dinâmica migratória. Deste modo, é perceptível a contribuição da cidade de Chapecó (SC) para a construção desta concepção.

Considerações Finais

A compreensão da cidade de Chapecó (SC) como um destino migrante é resultado de distintas políticas públicas em diferentes tempos e inicia-se a partir de sua colonização, com um projeto de branqueamento da população, contudo não cabe aqui, uma reflexão aprofundada nos desdobramentos sociais e culturais², embora importantes e presentes em nossa sociedade nos dias atuais. No presente texto, buscamos elucidar o leitor acerca do papel determinante que o estado possui para a concepção de destinos e como tal perspectiva desenvolve-se a partir de discursos históricos de quem possui a narrativa, neste caso a elite branca eurocentrada. Por outro lado, diferentemente de um resultado de desdobramentos de frear o desenvolvimento de um país não branco. A criação da Secretaria de Negócios do Oeste caracteriza-se por intervenções estatais direcionadas à própria cidade de Chapecó, responsável por transformações econômicas e culturais no desenvolvimento da região a qual a cidade está inserida, acarretando por fim, em outra política pública a Operação Acolhida que tornou-se, do ponto de vista industrial da região uma possível “solução” para a alta rotatividade de mão de obra. Constituindo aquilo que a priori mostrou-se um problema para o Estado de Roraima, uma “solução” para o Oeste Catarinense.

Portanto, o presente texto buscou refletir a maneira em que Chapecó integrou o cenário de cidades receptoras de fluxos migratórios. Se analisarmos tais fenômenos migratórios a partir das intervenções estatais é possível observar que, mesmo de maneira indireta, ambos os movimentos migratórios estão relacionados, e seu elo de ligação está, justamente, em políticas públicas do Estado brasileiro, ou seja, as migrações transnacionais de

² Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9285.htm> acesso em: 12 de dezembro de 2023.

refúgios em Chapecó está indiretamente ligada a sua colonização e a concepção da região como um destino migrante, pode ser compreendida como resultadas de distintas políticas públicas.

Referências

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. **Diário Oficial da União**. 32. ed. Brasília, p. 3, 2018.

BAENINGER, Rosana. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. **Migrações Venezuelanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP-FAPESP, 2018.

COMISSOLI, Adriano. SCHMITT, Anderson Marcelo Schmitt; WINTER, Murillo Dias (Org.). **Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. 1ed. Chapecó: Editora da UFFS, 2021, v. 1. p. 11 a 36.

DRM/CGPI/DIREX/PF. SISMIGRA - **Sistema de Registro Nacional Migratório**. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/sismigra>>

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: aula de 17 de março de 1976. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 285-315 p. Tradução: Maria Ermantina Galvão.

JACOBSEN, Andreza da Silva. Do estereótipo racial no movimento do contestado: uma discussão sobre o povo caboclo. **Interações Sociais**, Rio Grande, v.3, n.1, p. 91-104, Jun 2019.

MARTINS, Ana Cláudia Sampaio; ALMEIDA, Ana Luiza Nunes. O discurso histórico-literário construído por Tabajara Ruas, em Netto perde sua alma. **Letrônica**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 111, 6 maio 2016.

OBMIGRA. **Relatórios Trimestrais**. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-trimestrais>>

OLIVEIRA, Wagner Farias de. Trajetórias de migrantes por demanda de empregadores locais no mercado de trabalho formal brasileiro na década de 2010. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021



VII HISTÓRIA EM DEBATE

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL NATUREZAS E FRONTEIRAS
E VII SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPGH/UFS
ISSN 2675-0635

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global editora, 2014.

RIBEIRO, Vicente; VAZ, Gabriel; REGINATO, João Vitor. MIGRACIONES VENEZOLANAS A CHAPECÓ: POLÍTICAS DE INTERIORIZACIÓN Y TRABAJO EN LA AGROINDUSTRIA. **Aldea Mundo**, San Cristóbal, v. 27, n. 54, p. 35-43, dez. 2022. Disponível em: <http://erevistas.saber.ula.ve/index.php/aldeamundo/article/view/18682>. Acesso em: 01 jul. 2023.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998, 299 p.

SCHEFFER, Sérgio Roberto. **A secretaria dos negócios do oeste: uma perspectiva de desenvolvimento (1963-1969)**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Uso e Abuso da Mestiçagem da Raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. In: Afro-Ásia, 18, 1996.